Aluno nº

DPS
CP/CAEM 2023
2ª AVALIAÇÃO FORMATIVA
FICHA AUXILIAR DE CORREÇÃO
(UMA SOLUÇÃO)

GEOGRAFIA - MÉDICOS

1ª QUESTÃO (Valor 6,0)

Comparar o saneamento básico da Região Nordeste com o do Sudeste do Brasil, considerando os fatores de comparação: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e instalações hidrossanitárias domiciliares, **destacando** a questão da preservação ambiental e **concluindo** sobre a ocorrência de doenças relacionadas aos problemas sanitários nessas regiões.

1. MÉTODO

TOTAL: 180 (cento e oitenta) escores					
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO**		**ESCORES**	**ESC Alu**
Introdução (10% a 15%) **Identificação do objeto correto**	**M1**	Abordagem da ideia central.		6	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo.		6	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento.		4	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		3	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		4	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		2	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**ESCORES**	**ESC Alu**
Desenvolvimento (55% a 70%) **Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto**	**M7**	Divisão da solução em introdução, desenvolvimento e conclusão.		5	
	M8	Divisão do todo em partes coerentes.	Totalmente.	10	
			Mais da metade das partes está coerente com o todo.	6	
			Menos da metade das partes está coerente com o todo.	4	
			Divisão sem coerência.	0	
	M9	Comparação dos objetos obedecendo aos mesmos referenciais (fatores de comparação).	Totalmente.	15	
			Empregou mais da metade dos referenciais corretamente	6	
			Empregou menos da metade dos referenciais corretamente	4	
			Não empregou os referenciais corretamente	0	
	M10	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Totalmente.	10	
			Atendimento em mais da metade das ideias.	6	
			Atendimento em menos da metade das ideias.	3	
			Não atendimento das ideias.	0	
	M11	Comparação das ideias com ligação de causa e efeito.	Totalmente.	20	
			Mais da metade das ideias com ligação.	15	
			Menos da metade das ideias com ligação.	10	
			Ideias sem ligação.	0	
	M12	Elaboração das ideias do destaque.	Totalmente.	15	
			Mais da metade das ideias com ligação.	10	
			Menos da metade das ideias com ligação.	5	
			Ideias sem ligação.	0	
	M13	Elaboração das conclusões parciais.	De forma dedutiva.	30	
			Limitando-se a resumir.	5	
			Não elaborou as conclusões parciais.	0	

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO		ESCORES	ESC Alu
Conclusão (20% a 30%) **Compreensão do nível de desempenho.**	**M14**	Retomada da ideia central.		5	
	M15	Elaboração da síntese coerente com as conclusões parciais.	Com as ideias essenciais e de forma dedutiva.	20	
			Parcialmente com as ideias essenciais.	10	
			Não elaborou a síntese ou limitou-se a resumir.	0	
	M16	Conclusão baseada nos aspectos desenvolvidos (lógica).	Na conclusão, todas as ideias têm suporte na introdução ou no desenvolvimento.	15	
			Na conclusão, mais da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	10	
			Na conclusão, menos da metade das ideias tem suporte na introdução ou no desenvolvimento.	2	
			Ideias sem suporte.	0	
	M17	Elaboração do parágrafo conclusivo.		10	
Subtotal – MÉTODO				**180**	

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	IDEIAS	ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO	ESCORES	ESC Alu
Introdução (10% a 15%) **Algumas ideias**	**C1**	Saneamento básico é o conjunto de medidas adotadas em uma região para melhorar a vida e a saúde dos seus habitantes, impedindo que fatores físicos de efeitos nocivos possam prejudicar as pessoas no seu bem-estar físico mental e social.	5	
	C2	A região Nordeste do Brasil é formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Possui uma extensão territorial de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados e se caracteriza pelo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,608), pela maior taxa de mortalidade infantil e pela menor expectativa de vida do país.	6	
	C3	A Região Sudeste tem, aproximadamente, 925 mil quilômetros quadrados, 12% do território brasileiro. É composta por quatro estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo e seu IDH está entre os melhores do Brasil, assim como as taxas de mortalidade infantil e de expectativa de vida.	6	
	C4	Na atualidade, conviver em harmonia com a natureza tem sido muito valorizado e compreender a relação entre saneamento básico e meio ambiente é extremamente importante.	4	
	C5	O desenvolvimento do saneamento básico nessas regiões é um desafio em todas as esferas de poder. O saneamento deficiente cria um ambiente propício à ocorrência de muitas doenças, como diarreia, hepatite, verminoses e doenças dermatológicas, causadas pela ingestão de água contaminada ou pelo contato da pele ou mucosas com água, lixo ou solo infectados.	6	
	C6	A seguir, será **comparado** o saneamento básico da Região Nordeste com o do Sudeste do Brasil, considerando os fatores de comparação: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e instalações hidrossanitárias domiciliares, **destacando** a questão da preservação ambiental e **concluind**o sobre a ocorrência de doenças relacionadas aos problemas sanitários nessas regiões.	2	
	C7	Outras ideias julgadas pertinentes.	10	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**ESCORES**	**ESC Alu**
Desenvolvimento (55% a 70%) **Ideias**		**a. O saneamento básico da Região Nordeste**		
	C8	1) Abastecimento de água potável Na Região Nordeste, a utilização de caminhões-pipa é comum em muitas cidades, visando a contornar a falta de abastecimento de água. Em 2019, segundo o IBGE, apenas 69% da população contava com abastecimento diário de água, sendo que 25,8% dos domicílios sequer possuíam acesso à rede. **Destaca-se que** em muitas cidades litorâneas da região é comum a água subterrânea tornar-se imprópria para o consumo devido a intrusão salina**,** causada pela superexploração dos aquíferos. A falta de água potável é uma das principais causas da alta incidência de diarreia na população.	15	

	C9	2) Esgotamento sanitário A Região Nordeste é a segunda região com o pior índice de serviços de coleta de esgoto do País, segundo dados divulgados pelo IBGE referentes ao ano de 2019. O índice de lares sem esgotamento sanitário chega a 22,1%, ou seja, 4,1 milhões de domicílios despejam o esgoto irregularmente na natureza. **Cabe ressaltar que** esta prática é extremamente danosa ao meio ambiente, resultando na poluição do solo e dos rios. Tal fato contribui com a alta incidência de doenças de transmissão fecal-oral na região.	15	
	C10	3) Coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos O Nordeste do Brasil continua com índices negativos em relação à gestão do lixo, mesmo depois da Política Nacional de Resíduos Sólidos, publicada em 2010. A destinação correta dos resíduos sólidos coletados é realizada em apenas 37,2% dos domicílios. **Cabe enfatizar que** a correta destinação do lixo reduz a contaminação do solo, contribuindo com a preservação ambiental, ao passo que sua destinação incorreta aumenta a proliferação de vetores que podem transmitir doenças, como a leptospirose e a febre tifóide.	15	
	C11	4) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas A Região Nordeste se encontra abaixo da média nacional no quesito drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Quase metade das cidades do Nordeste, 44% dos municípios da região, não têm nenhum sistema de drenagem pluvial. A situação é mais crítica se for levado em conta o percentual de municípios com sistema exclusivo de drenagem, que está presente em apenas 18% dos municípios nordestinos. Um dos grandes impactos negativos da deficiente drenagem pluvial são as ocorrências epidemiológicas de surtos de leptospirose, que se agravam após as inundações.	15	
	C12	5) Instalações hidrossanitárias domiciliares A Região Norte tem o menor percentual de domicílios urbanos atendidos com unidades hidrossanitárias de uso exclusivo dos moradores, conforme dados do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB / 2019), com 1,3% dos domicílios com unidades hidrossanitárias de uso comum a mais de um domicílio na propriedade e 2,3% dos domicílios com sanitários ou buracos para dejeções. Tal fato contribui para a ocorrência de doenças infectocontagiosas relacionadas à contaminação do solo e dos lençóis freáticos.	15	
Desenvolvimento (55% a 70%) **Ideias**		**Conclusão Parcial**		
	C13	**Como conclusão parcial**, infere-se que a Região Nordeste detém um dos piores índices de abrangência de saneamento básico do País. Seja no abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo ou manejo de águas fluviais, a situação é deficitária, contribuindo para repercussões negativas na questão da preservação ambiental. Tal cenário é preocupante, pois potencializa a incidência de doenças infectocontagiosas previníveis, relacionadas as más condições sanitárias da população.	20	
		b. <u>O saneamento básico da Região Sudeste e comparação com a Região Nordeste</u>		
	C14	1) Abastecimento de água potável A Região Sudeste é a mais próxima de atingir a meta de universalização estabelecida pelo Marco Legal do Saneamento. É a região com os melhores índices do País, onde 91,5% da população é atendida pelo sistema hídrico, resultando em **índices de abastecimento de água potável superiores ao da região Nordeste**. As perdas devido a vazamentos provenientes de ligações clandestinas, comumente localizadas em construções que também são irregulares, de difícil acesso e, por vezes, localizadas em áreas de proteção ambiental, comprometem o abastecimento, gerando falta de acesso à água potável e o consequente uso alternativo de outras fontes não confiáveis, o que impacta de forma negativa a saúde da população. Tal fato contribui para a ocorrência de doenças infecciosas como a hepatite A, a cólera e, principalmente, a diarreia.	15	
	C15	2) Esgotamento sanitário A Região Sudeste apresenta os maiores índices de esgotamento sanitário do País. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2018), 79,2% da população da região têm acesso à coleta de esgoto e 50,1% têm tratamento do esgoto, o que reflete **indicadores de esgotamento sanitário melhores que os da Região Nordeste**. Cabe ressaltar os impactos negativos de despejar esgotos não tratados em locais inadequados, o que contribui para a poluição do solo, de lençóis freáticos e de reservas de água, levando à morte de animais e reduzindo a quantidade de água potável disponível. O esgotamento sanitário possibilita uma maior qualidade de vida para a população e uma melhor prevenção de doenças como a leptospirose, a febre tifoide, a cólera e o Coronavírus.	15	

Desenvolvimento (55% a 70%) **Ideias**	**C16**	3) Coleta de lixo e manejo de resíduos sólidos O Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (ISLU) revela que a Região Sudeste tem o melhor índice de coleta de lixo do Brasil, mas ainda destoa na destinação final dos resíduos e na reciclagem. A região tem 84% do território coberto pela coleta de lixo e 51,1% dos resíduos é destinado de forma adequada em aterros sanitários. Apesar disso, se mantém em uma **situação mais confortável do que a Região Nordeste**, com mais da metade dos lares cobertos pela coleta de lixo. Cabe enfatizar que separar os resíduos entre plástico, metal, papel e orgânicos contribui para dar sobrevida ao aterro sanitário, além de evitar poluições tóxicas que contaminam solos e águas de rios. São inúmeras as doenças provocadas pela ação dos vetores que encontram no habitat do lixo condições adequadas para a sua proliferação, dentre elas a febre tifoide, cólera, amebíase, disenteria, giardíase, ascaridíase, leishmaniose, febre amarela e dengue.	15	
	C17	4) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas A Região Sudeste tem um dos melhores índices de cobertura de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento demonstram que 84,4% dos municípios tem um sistema de drenagem pluvial, **índice superior em comparação ao da Região Nordeste.** Destaca-se que a drenagem urbana está ligada a impactos tanto quantitativos, como o aumento da frequência e intensidade de inundações, quanto qualitativos, ganhando importância nos estudos de qualidade ambiental. Quando há a ocorrência de incapacidade do sistema de drenagem urbana e problemas com acúmulo de água, surgem as doenças consequentes desse cenário, como a diarréia, leptospirose, cólera e amebíase, que tendem a eclodir em surto.	15	
	C18	5) Instalações hidrossanitárias domiciliares A Região Sudeste registra o maior percentual de domicílios urbanos atendidos com unidades hidrossanitárias de uso exclusivo dos moradores, correspondente a 99,8%, situação melhor que se contrapõe a da Região Nordeste, sendo reflexo do maior investimento em infraestrutura de saneamento, colaborando para uma menores índices de doenças infecciosas de veiculação hídrica.	15	
		Conclusão Parcial		
	C19	**Conclui-se parcialmente que** a situação do saneamento básico na Região Sudeste é uma das melhores do país, em posição diametralmente oposta quando comparada à da Região Nordeste, sendo a mais próxima de cumprir as metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento. Nos quatro componentes avaliados, a Região Sudeste se destaca pela maior universalização desses benefícios, colaborando para uma redução de impactos negativos no meio ambiente. A melhor infraestrutura de saneamento da região se reflete na menor incidência e internações por doenças de veiculação hídrica.	20	
	C20	Outras ideias julgadas pertinentes.	30	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – CONCLUSÃO**	**ESCORES**	**ESC Alu**
Conclusão (20% a 30%) **Ideias**	**C21**	O saneamento básico é a infraestrutura básica para a garantia da qualidade de vida e de desenvolvimento social e econômico da população. É um assunto de interesse nacional, pois impacta diretamente a vida dos cidadãos.	5	
	C22	**Em síntese**, o saneamento básico nas Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil apresenta índices discrepantes, o que reflete as diferenças socioeconômicas entre essas regiões e o nível de investimentos em obras de saneamento, tão essenciais para a diminuição da degradação do meio ambiente e para evitar a ocorrência de doenças resultantes dos problemas sanitários que se apresentam nas duas regiões.	8	
	C23	Na Região Nordeste, a ocorrência de doenças relacionadas à falta de saneamento básico é facilitada pela falta de investimentos e de infraestrutura adequada, propiciando a disseminação de doenças, na sua maioria, de origem bacteriana, como: diarreia por Escherichia coli, disenteria bacteriana, febre tifóide, cólera, leptospirose, hepatite A, verminoses e giardíase.	7	
	C24	As doenças registradas na região Sudeste são resultado dos mesmos fatores relacionados ao déficit de saneamento básico, porém em menor magnitude dado as melhores condições socioeconômicas e os maiores investimentos em infraestrutura de saneamento.	7	

Conclusão (20% a 30%) **Ideias**	**C25**	Por fim, é necessária uma reversão desse quadro, com uma mobilização dos governos municipais, estaduais e, sobretudo, do governo federal para que se tenha uma população mais saudável e produtiva, colaborando para o desenvolvimento nacional.	4	
	C26	Outras ideias julgadas pertinentes.	10	
Subtotal – CONHECIMENTO			**300**	

3. EXPRESSÃO ESCRITA

TOTAL: 120 (cento e vinte) escores			
PARÂMETRO	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS**	**ESCORES**	**ESC Alu**
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	0 (1)	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	10	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	20 (2)	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	0 (1)	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	10	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	25 (2)	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	**C1:** É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	0 (1)	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	10	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	20 (2)	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	0 (1)	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	5	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	10	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	15 (2)	
(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	8 (4)	
	E2: Pontuação.	8 (4)	
	E3: Concordância.	8 (4)	
	E4: Regência.	8 (4)	
	E5: Apresentação / Rasura	8 (4)	
Subtotal – EXPRESSÃO ESCRITA		**120**	

OBS: (1) Grau mínimo. (2) Grau máximo. (3) Atribuir somente um valor que melhor se enquadre na avaliação do item considerado. Pode haver um valor intermediário. (4) Retirado 1 (um) escore por erro.

RESULTADO DA QUESTÃO		
ESCORES / GRAU BRUTO MÁXIMO (600 escores = Nota 6,00)	**600**	**6,00**
ESCORES / GRAU BRUTO OBTIDO		

2ª QUESTÃO (Valor 4,0)

Apresentar as ações adotadas pelo Brasil, diante dos atuais compromissos assumidos na agenda climática internacional, **destacando** suas relações com as principais propostas decorrentes das duas conferências internacionais sobre o meio ambiente sediadas no Brasil, a “Rio 92” e a “Rio+20”.

1. MÉTODO

TOTAL: 80 (oitenta) escores					
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO**		**ESCORES**	**ESC Alu**
Introdução (10% a 20%) **Identificação do objeto correto**	**M1**	Abordagem da ideia central.		3	
	M2	Delimitação do espaço geográfico e/ou do tempo.		3	
	M3	Ideias complementares relacionadas com a questão que evidenciem uma preparação correta para o desenvolvimento.		3	
	M4	Não elaboração da introdução de forma abrupta.		2	
	M5	Não antecipação de partes do desenvolvimento.		2	
	M6	Ligação com o desenvolvimento.		2	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**		**ESCORES**	**ESC Alu**
Desenvolvimento (80% a 90%) **Compreensão do nível de desempenho/ Identificação do objeto correto**	**M7**	Divisão da solução em introdução e desenvolvimento.		5	
	M8	Atendimento da imposição da servidão (citação e justificativa das ideias ou somente justificativa).	Em todas as ideias.	10	
			Em mais da metade das ideias.	5	
			Em menos da metade das ideias.	2	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M9	Identificação da coerência das ideias com o objeto.	Em todas as ideias.	15	
			Em mais da metade das ideias.	10	
			Em menos da metade das ideias.	5	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M10	Citação e justificativa das ideias com ligação de causa e efeito.	Em todas as ideias.	20	
			Em mais da metade das ideias.	15	
			Em menos da metade das ideias.	10	
			Em nenhuma das ideias.	0	
	M11	Atendimento da imposição do destaque.	Em todas as ideias.	15	
			Em mais da metade das ideias.	10	
			Em menos da metade das ideias.	5	
			Em nenhuma das ideias.	0	
Subtotal – MÉTODO				**80**	

2. CONHECIMENTO

PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – INTRODUÇÃO**	**ESCORES**	**ESC Alu**
Introdução (10% a 20%) **Algumas ideias**	**C1**	A agenda climática internacional é um dos maiores desafios da sociedade atual, pois os impactos das mudanças climáticas são significativos e afetam desde a nossa saúde até a produção de alimentos.	5	
	C2	A resposta internacional à ameaça climática ganhou força com as principais conferências internacionais sobre o meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, em 1972; a Rio 92, em 1992, no Rio de Janeiro; a Rio+10, em 2002, em Johanesburgo; e a Rio+20, em 2012, novamente no Rio de Janeiro.	7	
	C3	Durante a Rio 92, foi criada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC). Com a necessidade de sua perenidade, instituiu-se um Fórum Supremo, a Conferência das Partes (COP), realizada anualmente por representantes de vários países, para debater as mudanças climáticas, encontrar soluções de problemas ambientais e negociar acordos.	8	
	C4	A primeira sessão da COP foi realizada em 1995, em Berlim, um ano após a ratificação da UNFCCC. Desde então, as sessões da COP têm sido realizadas com frequência anual. A COP 27 foi realizada no Egito em 2022.	7	

<u>Introdução</u> **(10% a 20%)** **Algumas ideias**	**C5**	A seguir, serão apresentadas as ações adotadas pelo Brasil, diante dos atuais compromissos assumidos na agenda climática internacional, destacando suas relações com as principais propostas decorrentes das duas conferências internacionais sobre o meio ambiente sediadas no Brasil, a "Rio 92" e a "Rio+20".	3	
	C6	Outras ideias julgadas pertinentes.	10	
PARÂMETRO	**IDEIAS**	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS – DESENVOLVIMENTO**	**ESCORES**	**ESC Alu**
<u>Desenvolvimento</u> **(80% a 90%)** **Algumas ideias**	**C7**	**a. <u>Elaboração de legislação específica</u>** O Brasil adotou, nos últimos dez anos, uma rígida legislação ambiental, como, por exemplo, o novo Código Florestal, Lei Nr 12.651/2012. Esse diploma estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de preservação permanente e as áreas de reserva legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios. **Destaca-se que** essa lei atende à Declaração de Princípios sobre Florestas, firmada durante a Rio 92. Assim, adota-se uma postura estatal contra as ilegalidades ambientais.	10	
	C8	**b. <u>Captação de recursos em fundos internacionais</u>** A participação em fundos internacionais para o clima faz parte da estratégia do País ao combate às adversidades climáticas. Como exemplo, o Brasil participa do Fundo Verde para o Clima, uma iniciativa global, estabelecida por 194 países, que visa promover o desenvolvimento de baixo carbono e à resiliência climática. **Cabe destacar que** essa captação vem colaborando com os compromissos assumidos na Convenção das Mudanças Climáticas, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.	10	
	C9	**c. <u>Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado</u>** O Estado brasileiro lançou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado em 2010, como um dos principais instrumentos da Lei nº 12.187/2009 (institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima). O Plano está em sua terceira fase de implementação, agrega várias políticas e ações de todo o Governo Federal e é estruturado com objetivos específicos distribuídos em quatro eixos temáticos. **Pode-se destacar que** esse plano atende ao estabelecido na Convenção da Desertificação, na Eco 92.	10	
	C10	**d. <u>Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia</u>** O País criou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal em 2004. Esse plano soma-se ao Plano Amazônia Sustentável, que propõe um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. **Destaca-se que** o controle do desmatamento está previsto na Convenção da Biodiversidade assinada na Rio 92. Com isso, busca-se além da preservação da região, as condições básicas de vida dos seus habitantes.	10	
	C11	**e. <u>Elaboração de planos para a redução dos riscos climáticos</u>** Para reduzir os riscos climáticos, o Governo Federal, com a sociedade, setor privado e governos estaduais, instituíram em 11 de maio de 2016, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O principal objetivo é promover a gestão e a redução do risco climático frente aos efeitos adversos, associados à mudança do clima. Assim, aproveita-se as oportunidades emergentes, evitando perdas e danos, e construindo instrumentos que permitam a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura.	10	
	C12	**f. <u>Implementação de Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura</u>** O Brasil tem buscado a realização de uma agricultura com baixa emissão de carbono, com o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas, visando à consolidação de práticas ambientais corretas. Com isso, procura-se garantir o aperfeiçoamento contínuo e sustentável das práticas de manejo que aumentem a eficiência produtiva dos sistemas agropecuários, o que pode gerar maiores ganhos econômicos, aumento de resiliência às incertezas climáticas e controle das emissões dos gases de efeito estufa.	10	

Desenvolvimento (80% a 90%) **Algumas ideias**	**C13**	**g. Redução de Emissões da Siderurgia** O Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia induz a transição do setor para um cenário de baixas emissões. O planejamento tem dois pilares fundamentais: a expansão do estoque de florestas plantadas e a melhoria da eficiência e da qualidade ambiental do processo de carbonização. A execução da meta de redução de emissões mobiliza empreendedores privados em parcerias público-privadas, com o intuito de aproveitar a experiência do setor com projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo.	10	
	C14	**h. Utilização de biocombustíveis** A Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) promove a expansão dos biocombustíveis na matriz energética, estimulando a regularidade do abastecimento de combustíveis no mercado, induzindo ganhos de eficiência energética e redução de emissões de gases efeito estufa. **Destaca-se que** a expansão da matriz energética atende ao debatido sobre acesso à energia na Rio +20. Este estímulo se traduz na concessão de créditos de descarbonização aos distribuidores de combustíveis, em função das notas de eficiência energético-ambiental, associadas aos biocombustíveis que comercializam.	10	
	C15	**i. Recuperação da Vegetação Nativa** O Brasil adotou a Política Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa, com ações coordenadas pelo Governo Federal, auxiliados por uma rede de especialistas. Recentemente, passou por um processo de consulta pública com contribuições de cidadãos, instituições de pesquisa e órgãos governamentais. Com isso, a recuperação em larga escala tem um elevado potencial para contribuir com a economia brasileira por intermédio da geração de riqueza, postos de trabalho e renda.	10	
	C16	**j. Parcerias bilaterais internacionais** O governo brasileiro adota acordos bilaterais para tratar da mudança no clima, como, por exemplo, o “Programa Políticas sobre Mudança do Clima” com o governo da Alemanha. Pode-se **destacar que** esse programa está consonante à renovação do compromisso de aproximar-se dos grandes grupos e de outras partes interessadas, firmado na Rio+20. A implementação dessa política ocorre por intermédio da atuação coordenada entre a Agência Executora de Cooperação Técnica Alemã e o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com outros ministérios e instituições.	10	
	C17	**k. Busca por capacidades técnicas** O Brasil implementou o “Projeto Avaliação das Necessidades Tecnológicas para Implementação de Planos de Ação Climática”, com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do governo brasileiro, por meio do desenvolvimento de uma avaliação abrangente das necessidades tecnológicas para a implementação de planos de ação climática no Brasil. Com isso, possibilita-se fornecer subsídios às tomadas de decisão, como por exemplo, os referentes ao cumprimento das metas de mitigação de gases de efeito estufa.	10	
	C18	**l. Implementação do Projeto CITinova** CITinova é um projeto multilateral realizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente. Sua abrangência nacional possui atividades específicas em Recife e Brasília. Os objetivos principais são desenvolver soluções tecnológicas inovadoras e oferecer metodologias e ferramentas de planejamento urbano integrado para apoiar gestores públicos, incentivar a participação social e promover cidades mais justas e sustentáveis.	10	
	C19	**m. Gestão Integrada de Desastres Naturais (GIDES)** A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional assumiu, o desafio de desenvolver um material sobre a gestão de riscos de desastres, com modelos e linguagem acessível a todos e disponível em uma plataforma digital gratuita e universal. Assim, foi desenvolvido o “Caderno Técnico GIRD +10”, com abordagens teóricas e metodológicas que colaboram com uma perspectiva de gestão integrada de riscos e desastres, sistêmica e participativa, em direção à prevenção, à sustentabilidade e à participação social.	10	
	C20	**n. Parceria com o Banco Mundial** O Projeto Parceria para a Preparação do Mercado é uma iniciativa fomentada pelo Banco Mundial, em 41 países, além da Comissão Europeia. No Brasil, a coordenação está sob responsabilidade do Ministério da Economia, a quem cabe a sua execução. O projeto busca avaliar a adoção de um instrumento de precificação do carbono, compondo a política climática nacional após 2020, e, nesse contexto, como otimizar a relação entre objetivos ambientais e de desenvolvimento socioeconômico.	10	

Desenvolvimento (80% a 90%) **Algumas ideias**	**C21**	**o. Assinatura do Protocolo de Kyoto** O Protocolo de Kyoto foi assinado pelo Brasil e mais 174 países, durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Kyoto, Japão, em 1997. Foi o primeiro tratado internacional para controle da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera. **Destaca-se** que o início das discussões que culminaram com esse acordo teve início na Convenção das Mudanças Climáticas, durante a Rio 92. Tem como objetivos propor metas e obrigações aos países, tendo em vista a reduzir as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e, consequentemente, diminuir os impactos negativos dessas emissões.	10	
	C22	**p. Assinatura do Acordo de Paris** O "Acordo de Paris" é um tratado global, adotado em dezembro de 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, durante a 21ª Conferência das Partes e ratificado pelo Brasil em 2016. O compromisso firmado é reduzir as emissões de gases de efeito estufa e adotar os instrumentos necessários para conter o aquecimento global até 2030. Esse acordo rege medidas de redução de emissão de dióxido de carbono e tem por objetivos fortalecer a resposta à ameaça da mudança do clima e reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos gerados por essa mudança.	10	
	C23	Outras ideias julgadas pertinentes.	40	
Subtotal – CONHECIMENTO			**240**	

3. EXPRESSÃO ESCRITA

TOTAL: 80 (oitenta) escores			
PARÂMETRO	**ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS**	**ESCORES**	**ESC Alu**
(A) COERÊNCIA: as ideias são encadeadas de modo a respeitar a ordenação lógica do pensamento; o autor não se contradiz.	**A1:** Desenvolvimento incompreensível, incoerente, ilógico ou contraditório devido à inexistência de articulação de ideias e/ou a excessivas contradições.	0 (1)	
	A2: Desenvolvimento parcialmente compreensível, embora fragmentado, com má articulação de ideias. Há contradições que não dificultam a compreensão, coerência e lógica global, mas registram dificuldade de compreensão localizada.	5	
	A3: Desenvolvimento compreensível, coerente, lógico e sem contradições, no qual todas as ideias apresentadas são desenvolvidas, proporcionando leitura fluente.	10 (2)	
(B) CLAREZA: o texto claro reflete a limpidez do pensamento, facilita a pronta percepção e jamais obriga o leitor a retornar para entender melhor alguma parte.	**B1:** Texto pouco claro como um todo, obrigando retornos frequentes do leitor.	0 (1)	
	B2: Ocorrência de pouca clareza em partes do texto.	10	
	B3: Texto suficientemente claro, de fácil entendimento do leitor.	15 (2)	
(C) OBJETIVIDADE: caracteriza-se pela economia verbal, sem prejuízo da eficácia da comunicação do pensamento. O bom texto vai direto ao ponto, desenvolve-se de maneira sóbria e retilínea e evita divagações inúteis, muitas vezes propositais (expediente infantil, usado para aumentar o texto sem lhe conferir qualidade). O exagero da objetividade leva ao laconismo, comprometendo a clareza, ou redundando em omissão de conteúdo.	**C1:** É pouco objetivo, vago e com divagações inúteis na (quase) totalidade do texto.	0 (1)	
	C2: É parcialmente objetivo em determinadas partes do texto.	10	
	C3: É objetivo, com linguagem direta e preciso na exposição das suas ideias.	15 (2)	
(D) COESÃO: avalia-se o emprego de elementos coesivos: pronomes, conjunções, preposições, tempos verbais, pontuação.	**D1:** Inobservância total dos elementos que efetuam a coesão dentro dos parágrafos e/ou entre os parágrafos. Pouco coeso.	0 (1)	
	D2: Emprego inadequado dos elementos da coesão.	5	
	D3: Empregou parcialmente os elementos coesivos.	8	
	D4: Emprego correto e diversificado dos elementos coesivos, gerando texto coeso.	10 (2)	

(E) CORREÇÃO GRAMATICAL	**E1:** Ortografia.	8 (4)	
	E2: Pontuação.	8 (4)	
	E3: Concordância.	4 (4)	
	E4: Regência.	4 (4)	
	E5: Apresentação/Rasura	6 (4)	
Subtotal – EXPRESSÃO ESCRITA		**80**	

OBS: (1) Grau mínimo. (2) Grau máximo. (3) Atribuir somente um valor que melhor se enquadre na avaliação do item considerado. Pode haver um valor intermediário. (4) Retirado 1 (um) escore por erro.

RESULTADO DA QUESTÃO		
ESCORES / GRAU BRUTO MÁXIMO (400 escores = Nota 4,00)	**400**	**4,00**
ESCORES / GRAU BRUTO OBTIDO		

RESULTADO FINAL			
VALOR DAS QUESTÕES	**ESCORES**	**ESCORES OBTIDOS**	**GRAU OBTIDO**
1ª Questão – 6,00	**600**		
2ª Questão – 4,00	**400**		
TOTAL – 10,00	**1.000**		

OBSERVAÇÕES JULGADAS PERTINENTES PARA A ORIENTAÇÃO

DIVISÃO DE PREPARAÇÃO E SELEÇÃO
Ficha de Observações

MÉTODO E CONHECIMENTO

Nr	OBSERVAÇÃO	Nr	OBSERVAÇÃO
1	Interpretou incorretamente a questão.	**17**	Escreveu ideias sem ligação de causa e efeito com o pedido.
2	Empregou incorretamente a SERVIDÃO.	**18**	Levantou pouca quantidade de ideias.
3	Equivocou-se na delimitação do tempo.	**19**	Desenvolveu as ideias de forma incompleta.
4	Equivocou-se na delimitação do espaço.	**20**	Não respondeu ao pedido formulado.
5	Não atendeu ao destaque imposto no enunciado.	**21**	Respondeu parcialmente ao pedido.
6	Empregou inadequadamente o verbo na 1ª pessoa (impessoalidade).	**22**	Apresentou argumentações vagas.
7	Equivocou-se conceitualmente.	**23**	Não dividiu o todo em partes coerentes conforme preconizado na publicação método para solução de questões.
8	Não aplicou corretamente a metodologia para solução de questões preconizada na publicação método e nas vídeoaulas.	**24**	Não observou que na questão do ND COMPREENSÃO o subtítulo (quando utilizado) deve ser a citação sintetizada do fato. Após o que, deve seguir a argumentação que sedimenta a ideia apresentada (relação de causa e efeito).
9	Não terminou a solução de toda a questão.	**25**	Não atentou que na questão do ND COMPREENSÂO NÃO é obrigatório fazer CONCLUSÕES, exceto quando claramente explicitado no pedido.
10	Não elaborou a introdução.	**26**	Não elaborou as conclusões parciais.
11	Antecipou ideias do desenvolvimento na introdução.	**27**	Redigiu inadequadamente a conclusão parcial.
12	Redigiu introdução vaga.	**28**	Não retornou à ideia central no início da conclusão.
13	Não abordou a ideia central no início da introdução.	**29**	Concluiu sobre ideias não constantes do desenvolvimento.
14	Confeccionou introdução fora do assunto pedido.	**30**	Não elaborou o parágrafo conclusivo.
15	Redigiu introdução contendo poucas ideias consideradas válidas.	**31**	Não atendeu à imposição da questão na conclusão.
16	Não estabeleceu a ligação da introdução com o desenvolvimento.	**32**	Não elaborou a conclusão.

EXPRESSÃO ESCRITA

Nr	OBSERVAÇÃO	Nr	OBSERVAÇÃO
33	Cometeu erros de acentuação gráfica.	**43**	Não redigiu corretamente parágrafo, frase e/ou período.
34	Cometeu erros de concordância verbal.	**44**	Escreveu palavra inexistente.
35	Cometeu erros de concordância nominal.	**45**	Repetiu excessivamente uma palavra.
36	Cometeu erros de pontuação.	**46**	Redigiu texto com rasuras.
37	Cometeu erros de regência verbal.	**47**	Não empregou a abreviatura e/ou sigla de maneira apropriada.
38	Cometeu erros de regência nominal.	**48**	Usou exageradamente a ordem inversa, comprometendo a clareza do texto.
39	Redigiu frase/parágrafo muito extenso.	**49**	Empregou palavra e/ou expressão de maneira inapropriada.
40	Redigiu frase/parágrafo confuso e de difícil compreensão.	**50**	Redigiu texto com caligrafia ruim, comprometendo o entendimento da solução.
41	Usou incorretamente as iniciais maiúscula/minúscula.	**51**	Não colocou entre aspas palavras em idioma estrangeiro.
42	Escreveu palavra com grafia incorreta.	**52**	Empregou termos do jargão militar.
As observações desta ficha servirão para a avaliação dos trabalhos escritos, com base nas Fichas Auxiliares de Correção (FAC).			